



## EDITORIAIS

---

### Relatório sobre a PPP do DAAE

Por: **Aldo Zottarelli Jr.**

Politicamente pode-se afirmar que a conduta do governo Altimari foi correta, com previsão de ganhos maiores no futuro, ao apresentar, na tarde de ontem, no salão do gabinete do prefeito, o relatório final da comissão especial para análise e parecer da parceria público-privada do DAAE. Jogando para o tribunal de contas a responsabilidade de ser apontada algumas irregularidades no contrato, ora em vigor, a comissão teve o cuidado de afastar da administração municipal, a suposta obrigação de suspender o contrato da dita parceria.

As informações dos técnicos do tribunal de contas, ao avaliarem o contrato lidas e comentadas aos presentes pelos secretário dos assuntos jurídicos, já demonstraram qual será a direção que esse “imbróglio” irá caminhar.

É claro que o tribunal de contas do estado não tem qualquer poder de agir diretamente no contrato, ou seja, não pode modificar qualquer palavra que esteja contratada. Pode, no máximo, sugerir mudanças ou não. Mas, nunca determinar qualquer alteração contratual. Não tem competência pra isso.

Então, percebe-se que as coisas deverão continuar como estão. Só que, agora, sem qualquer prejuízo político ao governo Altimari que em campanha eleitoral comprometeu-se a sustar o contrato se fosse viável. Essa foi a mola mestra que o elevou nas pesquisas eleitorais chegando até a sua vitória.

A medida inteligente de mandar para ao tribunal de contas do estado o pedido de análise do contrato da PPP trouxe pontos positivos. Ao que tudo indica, isso tudo será estudado e divulgado para que a transparência seja preservada como um dos objetivos do governo Altimari.

Alguns tópicos levantados pelos técnicos do tribunal, ao apreciarem o contrato, podemos classificá-los de discutíveis, e não terão caráter impugnativo ou modificativo. Ao afirmar que a administração agiu com rigor excessivo não significa benefício a quem quer que seja. Apenas rigor,

e rigor deve sempre nortear as ações de quem administra a coisa pública. E que sirva sempre de alerta à atual administração. Rigor é rigor e deve ser defendido sempre. Caso contrário o “quebra galho” acaba ocupando espaços. Esse foi um dos dispositivos apontados pelo tribunal de contas do estado, classificados por quem quer que seja como irregularidades. Se realmente for constatada nessa forma de irregularidades, o ministério público será o caminho mais que direto para a anulação.

Aliás, essa é a intenção do governo Altimari, segundo o seu secretário de assuntos jurídicos, afirmando pretender, com o parecer final do tribunal de contas do estado, ganhar uma ferramenta poderosa para pedir à justiça a suspensão do contrato da parceria. Mas a suspensão do contrato é muito discutível, mesmo que haja sugestão do tribunal para tal ação, o que eu penso que jamais acontecerá porque o tribunal de contas do estado sofre constantemente as famosas pressões políticas e essas são sempre respeitadas e acolhidas. Daí, não vejo nenhuma luz no fim do túnel que mostre a suspensão final da parceria.

Entretanto, as sugestões para uma renegociação deverão ser aceitas e muito bem aceitas porque a prefeitura não tem dinheiro nem para pagar os seus precatórios e outras despesas, como é que irá pagar a multa contratual prevista no contrato, avaliada em mais de 140 milhões de reais, e contrair, através do próprio DAAE, uma dívida com o empréstimo para realizar o trabalho da PPP.

A costumeira comparação entre as cidades de Rio Claro e São Carlos não cabe. Cada uma tem os seus problemas relacionados ao tratamento do esgoto diferentes. E Rio Claro não tem mais gordura alguma para assumir uma dívida monstruosa a mais. O povo não aguenta!

Até isso, podem ter a certeza, o tribunal irá politicamente avaliar.

Daí, a sugestão para a renegociação do contrato será aceita e aplicada. Assim, não haverá aumento das dívidas do município com empréstimo e o tratamento do esgoto será feito. A empresa é séria e tem capacidade de realizar um trabalho competente e até exemplar como já está realizando e sem prejuízo aos rio-clarenses, porque somente a taxa do esgoto é direcionada a ela como pagamento pelos serviços efetuados.

A renegociação será bem vinda porque poderá corrigir alguns detalhes que são interpretados como prejudiciais à cidade. Como, por exemplo, ter que tirar da taxa da água uma parte para o pagamento da PPP do esgoto. Isso deverá ser corrigido no contrato. É possível e a empresa o fará, com certeza.

Os outros detalhes deverão ser discutidos. E serão com certeza.

Pelo menos, é o que esperamos das pessoas sensatas e inteligentes como as que se sentarão à mesa para tal renegociação que, temos a certeza de que será o final feliz porque não ocasionará prejuízo a nenhuma das partes. Du Altimari ganhará mais um ponto no espaço político de rio claro por ter cumprido mais uma promessa da sua campanha eleitoral.

Não é mesmo?